



Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto **Resolução BCB nº 2/2020** do Banco Central do Brasil, apresentamos a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **CDC Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda (atual CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.)** referente à data-base de 31 de dezembro de 2022.

Demonstrativos compreendidos:

1. Termo Declaratório;
2. Relatório da Administração;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração do Resultado do Exercício;
5. Demonstração do Resultado Abrangente;
6. Demonstração das Mutações do Exercício;
7. Demonstração do Fluxo de Caixa;
8. Notas Explicativas;
9. Relatório do Auditor Independente.

OBS: De acordo com as normas vigentes, devem ser auditadas por auditores independentes as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte.

Demonstrações divulgadas no site em 31/03/2023 <https://www.cdcbank.com.br>

A Diretoria da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados. Henrique Fernando Lucas Diretor, Camila Dias Barros Diretora e Paulo Eduardo Pereira CRC SC 030018/O-3.

Atenciosamente,

CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.

Henrique Fernando Lucas
Diretor

Camila Dias Barros
Diretora

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

Belo Horizonte, 31 de março de



Índice

1.	TERMO DECLARATÓRIO	3
2.	RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO RA	4
3.	BALANÇO PATRIMONIAL BP	5
4.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DRE.....	6
5.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE DRE-A.....	7
6.	DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DMPL.....	7
7.	DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA DFC	8
8.	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
8.1.	CONTEXTO OPERACIONAL	9
8.2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
8.3.	PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS	10
8.4.	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	12
8.5.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	12
8.6.	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	12
8.6.1.	<i>Composição das Operações de Crédito.....</i>	12
8.6.2.	<i>Composição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa por níveis de risco.....</i>	13
8.6.3.	<i>Evolução da Provisão de Crédito</i>	13
8.6.4.	<i>Concentração das Operações Crédito.....</i>	13
8.7.	OUTROS CRÉDITOS	13
8.7.1.	<i>Impostos a Compensar.....</i>	14
8.8.	IMOBILIZADO	15
8.9.	INTANGÍVEL.....	15
8.10.	OUTROS DEPÓSITOS	15
8.11.	OUTRAS OBRIGAÇÕES	15
8.12.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	16
8.12.1.	<i>Capital Social.....</i>	16
8.12.2.	<i>Reserva de Lucros</i>	16
8.12.3.	<i>Juros sobre o Capital Próprio</i>	16
8.12.4.	<i>Lucro Acumulado</i>	16
8.12.5.	<i>Impostos e Contribuições.....</i>	17
8.13.	GERENCIAMENTO DE RISCO	17
8.13.1.	<i>Risco de Crédito.....</i>	17
8.13.2.	<i>Risco de Liquidez.....</i>	17
8.13.3.	<i>Risco Operacional.....</i>	17
8.13.4.	<i>Risco Socioambiental</i>	18
8.13.5.	<i>Risco de Capital.....</i>	18
8.13.6.	<i>Ouvidoria.....</i>	18
8.13.7.	<i>Limite Operacional (Acordo da Basileia)</i>	18
8.14.	OUTRAS INFORMAÇÕES.....	18
8.14.1.	<i>Elaboração das DF'S.....</i>	18



1. Termo Declaratório

Termo Declaratório: Eu, HENRIQUE FERNANDO LUCAS, brasileiro, economista, casado, inscrito no CREMG sob o nº 7.444, inscrito no CPF/ME sob o nº 013.739.756-95, domicílio comercial na avenida Raja Gabaglia, nº 4000 Sala 419, Estoril, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30.494-310, Estado de Minas Gerais, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Atenciosamente,

CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.

Henrique Fernando Lucas
Diretor

Camila Dias Barros
Diretora

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador

Belo Horizonte, 31 de março de 2023.



2. Relatório de Administração | RA

Senhores Cotistas:

A **CDC Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda**, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No exercício de 2022, a **CDC Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda**, teve seu processo de transformação para **Sociedade de Crédito Direto** aprovado pelo Banco Central do Brasil em 26 de dezembro de 2022, registrado na junta comercial em 12 de janeiro de 2023, alterando assim sua denominação social para **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A..**

Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria



3. Balanço Patrimonial | BP

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Expressos em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado)

ATIVO	Nota Explicativa	2022	2021	PASSIVO	Nota Explicativa	2022	2021
Ativo Circulante		3.209	1.413	Passivo Circulante		446	25
Disponibilidades.....	8.4	24	24	Outros Depósitos	8.10	293	2
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.4	299	24	Outros depósitos		293	2
Aplicações no Mercado Interno		299	-	Outras obrigações	8.11	153	25
Títulos e Valores Mobiliários	8.5	-	1	Cobrança e Arrecadação tributos assemelhados		6	2
Carteira própria		-	1	Obrigações Previdenciárias e fiscais		-	-
Relações interfinanceiras		-	400	Provisões para impostos e contribuições		24	23
Créditos vinculados		-	400	Diversas		123	-
Operações de crédito	8.6	2.769	978	Passivo Não Circulante		-	-
Operações de crédito		2.962	984	Outras contas a pagar		-	-
(-) Provisão operações de crédito		(193)	(6)	Patrimônio Líquido	8.12	3.106	1.406
Outros créditos	8.7	117	10	Capital social		3.000	1.000
Diversos		117	10	Capital social subscrito		3.000	1.000
Outros valores e bens		-	-	Aumento de capital		-	400
Despesas antecipadas		-	-	Capital social a Integralizar		-	400
Ativo Não Circulante.....		343	18	Reserva de capital		106	20
Realizável a Longo Prazo.....		-	-	Reserva Legal Capital		106	20
Permanente		343	18	Lucros Prejuízos acumulados		-	(14)
Imobilizado de Uso	8.8	229	19	Ajustes de exercícios anteriores		-	-
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....		229	4	Lucros Prejuízos do Exercício Atual		-	(14)
Móveis e equipamentos		-	-	Dividendos pagos antecipadamente		-	-
Equipamentos de processamento de dados		-	15				
(-) Depreciação Acumuladas		(6)	(1)				
(-) Móveis e equipamentos		(6)	(1)				
Intangível	8.9	120	0				
Ativos Intangíveis		137	-				
(-) Amortizações Acumuladas		-17	-				
ATIVO TOTAL		3.552	1.431	PASSIVO TOTAL		3.552	1.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



4. Demonstração de Resultado | DRE

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por cota)

Nota Explicativa	2º sem	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	999	1.672	201
Operações de crédito	978	1538	195
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	18	18	
Rendas Tit. e Val. Mobiliários e Instr. Financ. derivativos	3	4	6
Operações de vena ou de transferência de ativos financeiros	-	112	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(106)	(188)	(6)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(106)	(188)	(6)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	893	1.484	195
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(805)	(1.259)	(120)
Receitas de prestação de serviços	52	72	5
Rendas de tarifas bancárias	106	160	18
Despesas de pessoal	(96)	(205)	(50)
Outras despesas administrativas	(807)	(1.182)	(95)
Despesas tributárias	(59)	(93)	(16)
Outras receitas operacionais	-	-	31
Outras despesas operacionais	(1)	(11)	(13)
RESULTADO OPERACIONAL	88	225	75
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	10	10	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	98	235	75
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	5	(15)	(17)
Provisão para imposto de renda	4	(10)	(11)
Provisão para contribuição social	1	(5)	(6)
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	103	220	58
Lucro por cota	R\$ 0,03	R\$ 0,07	R\$ 0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



5. Demonstração de Resultado Abrangente | DRE-A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por cota)

	Nota Explicativa	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO /PREJUÍZO DO PERÍODO		220	58
Outros Resultados Abrangentes		-	-
LUCRO LÍQUIDO /PREJUÍZO DO PERÍODO		220	58
Lucro (Prejuízo) por Cota		R\$ 0,07	R\$ 0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Patrimônio Líquido | DMPL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Expressos em reais - R\$)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.....	1.400	20	-	(14)	1.406
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-
Capital subscrito	1.600	-	-	-	1.600
Capital a Integralizar	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício.....	-	-	-	220	220
Destinações propostas:					
Distribuição Sócios	-	(120)	-	-	(120)
Constituição	-	206	-	(206)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.....	3.000	106	-	-	3.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.....	500	12	6	(72)	446
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-
Capital subscrito	500	-	-	-	500
Capital a Integralizar	400	-	-	-	400
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício.....	-	-	-	58	58
Destinações propostas:					
Distribuição Sócios	-	-	-	-	-
Constituição	-	8	(6)	-	2
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.....	1.400	20	-	(14)	1.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



7. Demonstração Fluxo de Caixa | DFC

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Expresso em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota Explicativa	2º sem	2022	2021
		225	429	65
Lucro /Prejuízo do Resultado		103	220	58
Ajustes por depreciação		16	22	1
Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa		106	187	6
Variação de Ativos e Obrigações		(1.484)	(1.956)	(971)
(Aumento) Redução dos Ativos :		(1.276)	(2.085)	(982)
Operações de crédito		(1.202)	(1.978)	(984)
Outros Créditos		(74)	(107)	2
Outros valores e bens		-	-	-
Aumento (Redução) dos Passivos :		(208)	129	11
Outras obrigações		(1)	10	23
Credores diversos País.....		(207)	115	-
Diversos		-	4	(12)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		(1.259)	(1.527)	(906)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(213)	(347)	(17)
Aquisições Ativo Imobilizado		(213)	(347)	(17)
Caixa Líquido das Atividades de financiamento		1.376	1.773	900
Depósitos		293	293	-
Dividendos pagos		(117)	(120)	-
Aumento Capital		1.200	1.600	900
Variação no caixa e equivalente de caixa		(96)	(101)	(23)
Caixa equivalente de caixa no início do exercício		419	424	447
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		323	323	424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



8. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Expressas em reais mil)

8.1. Contexto Operacional

A **CDC Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda**, CNPJ nº 18.394.228/0001-79, iniciou suas atividades no ano de 2013, tem por objeto a concessão de crédito a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, equiparando-se às instituições financeiras para efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

No exercício de 2022, a **CDC Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda**, teve seu processo de transformação para **Sociedade de Crédito Direto** aprovado pelo Banco Central do Brasil em 26 de dezembro de 2022, sendo seu registro na junta comercial em 12 de janeiro de 2023, alterando assim sua denominação social para **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.**

8.2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN.

A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A Instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 16 de março de 2023, data em que a emissão das



demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

8.3. Principais Critérios Contábeis adotados

- a. **Receitas e Despesas:** as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.
- b. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** conforme resolução vigente inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.
- c. **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
- d. **Valor de Recuperação de Ativos (*impairment*):** de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.
- e. **Operações de Crédito:** as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma "pro rata" dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo "AA" risco mínimo e "H" risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682/1999.



- f. **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e legislação complementar.
- g. **Imobilizado de Uso:** é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.
- h. **Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas:** os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.
- i. **Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias:** as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).
- j. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.
- k. **Utilização de Estimativas:** para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores



apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

8.4. Caixa e Equivalente de Caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	2022	2021
Caixa	24	24
Aplicações interfinanceiras de liquidez	299	24

8.5. Títulos e Valores Mobiliários

Os valores aplicados em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	2022	2021
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	1

8.6. Operações de Crédito

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pelos seus níveis de vencimento, tipo de cliente e ramo de atividade, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8.6.1. Composição das Operações de Crédito

	2022			2021		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	2.962	-	2.962	984	-	984
Títulos Descontados	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.962	-	2.962	984	-	984
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	193	-	193	6	-	6
Total	2.769	-	2.769	978	-	978



8.6.2. Composição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa por níveis de risco

		2022		2021	
Nível de risco		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
A	0,50%	2.276	11	962	5
B	1,00%	134	1	6	-
C	3,00%	191	6	8	-
D	10,00%	121	12	8	1
E	30,00%	81	24	-	-
F	50,00%	37	19	-	-
G	70,00%	7	5	-	-
H	100,00%	115	115	-	-
		2.962	193	984	6

8.6.3. Evolução da Provisão de Crédito

	2022	2021
Saldo Inicial	6	-
Constituição do Exercício	193	6
Baixa do Período	(6)	-
Total	193	6

8.6.4. Concentração das Operações Crédito

	2022	%	2021	%
Maior devedor	81	0,03	130	0,13
Dez maiores devedores	580	0,20	210	0,21
Vinte maiores devedores	733	0,25	262	0,27
Cinquenta maiores devedores	972	0,33	379	0,39
Cem maiores devedores	1.262	0,43	507	0,52

8.7. Outros Créditos

A composição de outros créditos está assim demonstrada:

	2022	2021
Adiantamento a fornecedores	32	7
Impostos a compensar	4	1
Crédito tributário	46	-
Devedores diversos	33	2
Outros créditos	117	10



8.7.1. Impostos a Compensar

Esses créditos foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis na base de cálculo para determinação do imposto de renda e Contribuição Social sobre as provisões para créditos de liquidação duvidosa. Em 31 dezembro de 2022 e 2021 os créditos tributários diferidos são os seguintes:

Itens base do Diferimento	2022	2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	193	6

Os créditos tributários foram apurados com base nas alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no Cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados.

Em atendimento ao requerido pelas Resoluções CMN nº 4.842/2021, eventual reversão, bem como a manutenção dos créditos tributários deverão ser avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Conforme estudo técnico a Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias expectativa de realização prevista para os próximos 5 anos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	2022	2021
Saldo Início do Exercício	1	-
Constituição de crédito tributário	47	1
Baixa de crédito tributário	(2)	-
Saldo no Fim do Exercício	46	1



8.8. Imobilizado

O ativo imobilizado da instituição no valor de R\$ 224 mil é composto por:

	2022	2021
Móveis e Equipamentos Sistema de processamento de dados	33	19
Veículos	148	-
Imóveis	35	-
Outros Equipamentos	13	-
(-) Depreciações Acumuladas	(6)	(1)
Total	224	18

8.9. Intangível

O ativo Intangível da instituição no valor de R\$ 120 mil é composto por Sistema de Processamento de Dados com taxa de depreciação de 20% a.a.:

	2022	2021
Sistema de processamento de dados	129	-
Outros	8	-
(-) Depreciações Acumuladas	(17)	-
Total	120	-

8.10. Outros Depósitos

	2022	2021
Conta de Pagamento Pré-Paga	293	2

8.11. Outras Obrigações

Abaixo a composição das outras obrigações:

	2022	2021
Cobrança e Arrecadação de Tributos assemelhados	6	2
Fiscais e Previdenciárias	-	-
Provisões para Impostos e Contribuições	24	23
Diversas	123	-
Total	153	25



8.12. Patrimônio Líquido

8.12.1. Capital Social

No exercício de 2022 Sociedade subscreveu e integralizou capital no montante de R\$ 1.600 mil aprovado pelo Banco Central do Brasil, totalizando capital social de R\$ 3.000 mil representado por 3.000 mil cotas, com valor unitário de R\$ 1,00.

8.12.2. Reserva de Lucros

A Reserva de Lucros é constituída com a destinação do resultado do exercício totaliza o montante de R\$ 106 mil (Cento e seis mil reais).

8.12.3. Juros sobre o Capital Próprio

A política de remuneração visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, Líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no contrato social.

Foi aprovada proposta da Diretoria para pagamento aos sócios de juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2022, no valor de R\$ 98 mil, devidamente provisionados.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrado a seguir:

	2022	2021
Lucro Líquido do exercício	220	58
(-) Reserva legal	-	-
Base de cálculo	220	58
Juros sobre o capital próprio JCP	98	20

8.12.4. Lucro Acumulado

A Sociedade apurou no exercício de 2022 o lucro de líquido no montante de R\$ 220 mil, que absolveu o prejuízo líquido de exercícios anteriores no montante de R\$ 14 mil.



8.12.5. Impostos e Contribuições

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Discriminação	2022	2021
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	235	75
(+) Adições	187	6
(-) Exclusões	(98)	-
Lucro Tributável Antes Compensação Prejuízo Fiscal	325	69
(-) Compensação Prejuízos Exercícios Anteriores	(75)	-
Lucro Tributário Real	249	72
Imposto de Renda (15% + 10% adicional)	10	11
Contribuição Social (9%)	5	6

8.13. Gerenciamento de Risco

8.13.1. Risco de Crédito

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

8.13.2. Risco de Liquidez

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

8.13.3. Risco Operacional

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.



8.13.4. Risco Socioambiental

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável.

8.13.5. Risco de Capital

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens:

Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

8.13.6. Ouvidoria

O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

8.13.7. Limite Operacional (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Resolução BCB 4.606/2017. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 115,17% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no final de dezembro de 2022 em R\$ 2.986.522,94.

8.14. Outras Informações

8.14.1. Elaboração das DF'S

Em conformidade com a Resolução nº 1.184 /2009, do Conselho Federal de Contabilidade | CFC, informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício



findo em 31/12/2022 foi autorizada pelos sócios da **CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.** em 31/03/2023.

Henrique Fernando Lucas
Diretor

Camila Dias Barros
Diretora

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
CDC Sociedade de Crédito Direto S/A

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **CDC Sociedade de Crédito Direto S/A** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CDC Sociedade de Crédito Direto S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações Contábeis Comparativas

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparabilidade, não foram examinados por nós ou por outros auditores independentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante,

devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Pinhais, 02 de agosto de 2023.

Ronskoski Auditores Independentes S/S
CRC – PR Nº 011842/O-5
CVM Nº 13200



Luiz Eduardo Ronskoski
CRC – PR Nº 044.768/O-3

* * *